

# Como os paulistanos veem os setores de segurança pública e segurança privada: estudo exploratório com dados de uma pesquisa de survey

How the population of the State of São Paulo perceives the public and private security sector: an exploratory survey study

Cleber da Silva Lopes\*

**RESUMO:** O artigo analisa de forma exploratória a opinião pública sobre os setores de segurança pública e segurança privada no Estado de São Paulo. O foco recai sobre duas questões: (i) a importância que a população atribui e a confiança que ela possui nas forças policiais (civil, militar e federal), guardas municipais e empresas de segurança privada; e (ii) a percepção pública sobre a natureza da ocupação, a aptidão profissional e os abusos cometidos por seguranças particulares e policiais militares. Os resultados sugerem que os setores de segurança pública e privada estão posicionados no imaginário popular como modelos distintos de provisão de segurança: o estatal, percebido como mais relevante e confiável no combate à criminalidade, mas com um padrão de ação considerado mais abusivo; e o privado, percebido como menos importante e confiável no enfrentamento do crime, porém com uma melhor capacidade de se relacionar respeitosamente com o público.

**Palavras-chave:** Segurança pública; Polícia; Segurança privada; Opinião pública; Estado de São Paulo.

## I ntrodução

A segurança é um dos temas que mais preocupa a população e as lideranças políticas do Brasil. Dados do Barômetro das Américas mostram que a violência urbana era percebida como o principal problema enfrentado pelos brasileiros em 2010 (RENNÓ et al., 2011, p. 63). A transformação da segurança num problema público ocorreu ao longo do processo de democratização, que foi

acompanhado pelo crescimento das taxas de criminalidade, pela deterioração da capacidade de ação das instituições encarregadas de assegurar lei e ordem e pela expansão da segurança privada. Entre 1980 e 2002, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes saltou de 11,7 para 28,5 no Brasil, um crescimento de 243% (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2007, p. 145). Esse crescimento não foi seguido de melhoras na capacidade do Estado em prender e punir criminosos. Estudos realizados em diferentes localidades no período entre 1990 e 2005 mostram que apenas cerca de 1/5 do total de casos de homicídios dolosos eram esclarecidos pelas organizações policiais (RIBEIRO, SILVA, 2010, p. 25). Essa situação certamente contribuiu para a forte expansão do setor de segurança privada durante a década de 90. Não há dados disponíveis sobre o segmento informal de segurança privada, mas sabemos que entre 1985 e 1995 o pessoal formalmente ocupado nas atividades de vigilância e guarda cresceu 112% (MUSUMECI, 1998). Na Região Metropolitana de São Paulo, o número de empresas de segurança privada autorizadas a funcionar aumentou 246% entre 1990 e 2000. Em 2010, o número de vigilantes ocupados nessas empresas era 1,7 vezes maior do que o número de policiais empregados nas polícias estaduais (LOPES, 2013).

Parte importante do debate sobre o controle da criminalidade urbana no Brasil tem se concentrado na necessidade de melhorar o desempenho das organizações que provêm serviços de segurança (PINHEIRO, 1997; BICUDO, 2000; COSTA, MEDEIROS, 2003; MEDEIROS, 2004; SOARES, 2006; BEATO, RABELO, OLIVEIRA, 2008; COSTA, 2008). Em geral, esse debate tem sido pouco informado sobre o que a população pensa a respeito dessas organizações e dos profissionais que nelas atuam. Os poucos trabalhos existentes no Brasil concentraram seus esforços em entender o medo e a desconfiança da população em relação às polícias civis e/ou militares (CARDIA, 1997; SOARES, 2000; RIBEIRO, SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2011; BEATO, SILVA, 2013; LOPES, 2013).

Embora as empresas e os profissionais regulares de segurança privada respondam por grande parte da oferta de serviços de policiamento no Brasil, nada sabemos a respeito do modo como a população enxerga esses atores. Esse desconhecimento impede que tenhamos um diagnóstico mais apurado das fragilidades e potencialidades dos setores públicos e privados engajados na oferta de serviços de segurança, criando assim dificuldades para a formulação de políticas públicas comprometidas em melhorar a oferta dos serviços de policiamento na sociedade brasileira.

Esse trabalho analisa de forma exploratória a opinião pública sobre os setores de segurança pública e segurança privada no Estado de São Paulo, unidade federativa que em 2011 tinha 167 mil seguranças regulares, 90 mil policiais

militares e 34 mil policiais civis. Qual a percepção que os paulistas têm das organizações e profissionais de segurança pública e segurança privada? O artigo aborda essa problemática tendo como foco duas questões: (i) a importância que a população atribui e a confiança que ela possui nas forças policiais (civil, militar e federal), guardas municipais e empresas de segurança privada; e (ii) a percepção pública sobre a natureza da ocupação, a aptidão profissional e os abusos cometidos por policiais militares e seguranças particulares.

Os dados coletados mostram que a maioria dos paulistas reconhece a importância das forças policiais e das empresas de segurança privada, mas desconfia destas últimas. As ocupações na área de segurança são vistas como estressantes e perigosas, especialmente o trabalho de policiamento público. Os policiais são considerados pessoas preparadas, enquanto os seguranças particulares não. Apesar disso, a maior parte da população residente no Estado de São Paulo considera que os policiais abusam mais do poder que possuem do que os profissionais de segurança privada. Conclui-se que os setores de segurança pública e segurança privada encontram-se legitimados como modelos distintos de provisão de segurança: o estatal, com maior poder de combate à criminalidade, mas com um padrão de ação considerado mais abusivo; e o privado, percebido como menos preparado para enfrentar o crime, mas com uma melhor capacidade de se relacionar de forma respeitosa com o público.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira apresenta a pesquisa cujos dados foram utilizados para a elaboração desse artigo. A parte seguinte expõe esses dados e os discute à luz do que sabemos a respeito dos setores de segurança pública e segurança privada, procurando destacar as contribuições deste estudo para a bibliografia acadêmica. A parte final sumariza as principais descobertas do artigo, disserta sobre o *status* do setor de segurança privada dentro do sistema de policiamento existente no Brasil e discute algumas implicações para o debate público sobre como melhorar a oferta de serviços de segurança.

## A pesquisa

Os dados utilizados nesse artigo foram produzidos pela pesquisa “Imagem e Percepção da Sociedade – 1ª Pesquisa Setorial”, contratada pelo sindicato que representa as empresas de segurança privada do Estado de São Paulo (SESVESP) para avaliar a imagem do setor perante a sociedade. A pesquisa foi realizada pela Analítica Consultoria Ltda., empresa especializada em pesquisas de opinião pública. O público-alvo do estudo foi a população de 16 anos ou mais residente nas principais cidades do Estado de São Paulo. Foram realizadas 840 entrevistas face a face entre 22 de novembro e 4 de dezembro de 2012. Este foi um período de crise na segurança pública do Estado de São Paulo, marcado pela escalada dos homicídios e por atentados

contra policiais perpetrados por criminosos ligados à facção criminosa. Primeiro Comando da Capital (PCC). Essa crise, que resultou na demissão do Secretário Estadual de Segurança Pública, no dia 21 de novembro de 2012, teve ampla cobertura da mídia e pode ter afetado as atitudes da população em relação aos setores de segurança pública e segurança privada.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, numa amostragem por conglomerados que obedeceu aos seguintes critérios: (i) estratificação por porte de município (conforme Censo 2010); (ii) sorteio de setores censitários com Probabilidade Proporcional ao Tamanho (conforme Censo 2010); e (iii) seleção dos respondentes por quotas de sexo, idade, instrução e atividade econômica (ativo ou inativo) (conforme PNAD 2009). Optou-se por uma amostra desproporcional, para garantir um número mínimo de entrevistados por cidades, com ponderação, a posteriori, para recompor o peso real de cada município. A tabela 1 resume as informações da amostra, planejada para obter estimativas com erros de no máximo 5% e com níveis de confiança de 95%.

**Tabela 1: Características da Amostra**

Cidades	População 2010	Amostra desproporcional	Amostra proporcional	Fatores de ponderação
São Paulo	15.141.835	360	476	1,32
Campinas	3.088.330	80	97	1,21
ABC	2.359.047	80	74	0,93
Bauru	2.180.137	80	68	0,85
São Carlos	1.615.880	80	51	0,64
São José dos Campos	1.362.087	80	43	0,54
Santos	976.951	80	31	0,39
Total	26.724.267	840	840	

Fonte: SESVESP: “Imagem e Percepção da Sociedade: 1ª pesquisa setorial”.  
Margem de erro de até 5% e níveis de confiança de 95%.

O questionário utilizado na pesquisa era composto por dois módulos, um referente à avaliação das organizações e outro referente à avaliação dos profissionais da área de segurança. O primeiro módulo era formado por perguntas sobre a importância e a confiança nas empresas de segurança privada e organizações de segurança pública, dentre outras. O segundo continha questões cujo objetivo era captar a percepção pública a respeito dos seguranças particulares em comparação com a percepção pública sobre os policiais militares.

Uma dificuldade metodológica encontrada pela pesquisa foi a de garantir a acurácia das mensurações diante da diversidade de atores que atuam nas áreas de segurança pública (policiais militares, civis, federais e guardas municipais) e privada (vigilantes regulares, guardas noturnos, vigias de rua, etc). Para superar essa dificuldade e maximizar a validade do instrumento de pesquisa, optou-se pela utilização de fotos para orientar os entrevistados a avaliarem os profissionais de maior interesse da pesquisa: seguranças particulares regulares e policiais militares. As partes do questionário utilizadas na coleta dos dados analisados na sequência podem ser vistas no anexo 1.

## Resultados e análises

### A opinião pública sobre as Organizações de Segurança Pública e Segurança Privada

Um aspecto fundamental da opinião pública sobre os setores de segurança pública e segurança privada é a importância que a população atribui e a confiança que ela possui nas organizações que compõem esses setores. Como mostra o gráfico 1, a grande maioria da população reconhece a importância das organizações de segurança pública e empresas de segurança privada. Mas há diferenças significativas entre as várias organizações. A importância atribuída às empresas de segurança privada é semelhante à existente para as guardas municipais, mas inferior à conferida às forças policiais. Enquanto as polícias Militar, Civil e Federal são reconhecidas como muito importantes ou importantes por aproximadamente 90% da população, as empresas de segurança e as guardas municipais são percebidas dessa forma por cerca de 78% dos paulistas (margem de erro de 4%).



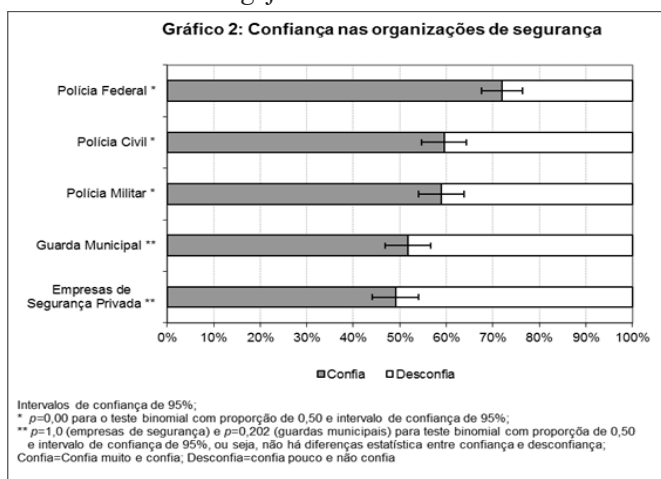
As diferenças existentes entre as forças policiais, de um lado, e empresas de segurança e guardas municipais, de outro, podem ser creditadas às distintas

tarefas e capacidades que essas organizações possuem dentro do sistema de policiamento brasileiro. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal do Brasil, as principais organizações incumbidas de combater a criminalidade no país são as Polícias Militares, as Polícias Cíveis e a Polícia Federal. As duas primeiras são forças policiais organizadas pelos Estados e a última pela União. A Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo<sup>1</sup> e a Polícia Civil pela realização das investigações criminais. Já a Polícia Federal é responsável pela investigação de crimes federais e com repercussão interestadual ou internacional, bem como pelo policiamento marítimo, aeroportuário e de fronteira<sup>2</sup>. Quando comparada a essas organizações, guardas municipais e empresas de segurança possuem funções mais modestas. As guardas são responsáveis pela proteção dos bens, serviços e instalações municipais (conforme § 8º do artigo 144 da Constituição Federal), ao passo que as empresas de segurança são organizações autorizadas a prestar serviços de proteção ao patrimônio (público ou privado) e à integridade física de terceiros que contratam seus serviços no mercado (conforme Lei 7.102/83).

Esse amplo reconhecimento da importância das organizações que prestam serviços de segurança não se reproduz quando os entrevistados são inquiridos a respeito da confiança que possuem em cada uma das organizações. Nesse tópico, o cenário é menos favorável às empresas de segurança e demais organizações públicas. A pesquisa captou três padrões de confiança (gráfico 2), que convergem com os padrões encontrados em pesquisa nacional realizada em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011). Os índices mais elevados são os da Polícia Federal, que desfrutava da confiança de mais de 2/3 da população do Estado de São Paulo. Segundo Lopes (2013), esses índices de confiança relativamente mais altos podem ser explicados pelo fato de a Polícia Federal ser a organização do sistema de segurança pública brasileiro mais fortemente engajada no combate aos crimes de colarinho branco.

1 No âmbito de suas atribuições, à Polícia Militar cabem muitas atividades, dentre as quais se destacam: as patrulhas a pé, de bicicleta ou motorizadas; operações para a captura de criminosos ou apreensão de armas, drogas ou contrabando; atendimento direto da população, ajudando no transporte de doentes, na orientação de pessoas em dificuldades e na pacificação de disputas domésticas; policiamento especializado em áreas turísticas, estádios, grandes eventos, festas populares; controle e orientação do trânsito; policiamento para preservação da flora, da fauna e do meio ambiente; prestação de serviços de segurança na parte externa de unidades prisionais e escolta de presos de alta periculosidade; apoio a oficiais de Justiça em situações de reintegração de posse e outras determinações judiciais com risco; e segurança de dignitários, de testemunhas ou pessoas sob ameaça.

2 Também compete à Polícia Federal regular e controlar o registro de armas de fogo, empresas de segurança privada e produtos químicos.



O segundo padrão de desconfiança encontrado pelo estudo diz respeito à percepção pública sobre as polícias estaduais. No momento da realização das entrevistas, a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado de São Paulo eram percebidas como confiáveis por cerca de 60% da população. Esses resultados estão mais próximos da realidade encontrada no Estado de Minas Gerais, cujas forças policiais desfrutavam da confiança de 67% dos mineiros em 2009 (BEATO, SILVA, 2013), do que da realidade nacional captada por diferentes pesquisas que apontaram para o fato de que somente cerca de 30% dos brasileiros confiam nas polícias civis e militares (IPEA, 2011; Lopes, 2013). Todavia, é preciso considerar que essa confiança em torno de 60% foi captada em meio a uma crise na segurança pública do Estado de São Paulo, que foi marcada pela escalada dos homicídios e por uma onda de ataques contra policiais realizados por criminosos ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Esses ataques podem ter colocado a população momentaneamente ao lado das forças da ordem, distanciando São Paulo do padrão nacional e o aproximando do padrão mineiro de opinião pública sobre as polícias.

Por fim, o último padrão de desconfiança detectado pela pesquisa foi em relação às guardas municipais e empresas de segurança privada, consideradas confiáveis por 52% e 49% dos paulistas, respectivamente. A pesquisa nacional realizada pelo Ipea (2011) já havia descoberto que as guardas municipais são as organizações de segurança pública menos confiáveis aos olhos dos brasileiros. O estudo aqui abordado confirmou esse padrão para o Estado de São Paulo e descobriu que as guardas municipais são acompanhadas das empresas de segurança privada na posição de organizações menos confiáveis dentre as envolvidas na oferta de serviços de segurança naquele estado.

Os resultados expostos até aqui mostram de forma inequívoca que guardas municipais e empresas de segurança privada são percebidas pelos paulistas como as organizações menos importantes e menos confiáveis dentro do sistema de policiamento existente no Estado de São Paulo. Ou seja, os dados mostram que as empresas de segurança privada e as guardas municipais são as organizações menos consolidadas perante a opinião pública. A limitada esfera de atuação dessas organizações pode ser a razão pela qual elas desfrutam dessas percepções públicas menos favoráveis. Esse é um problema que merece ser aprofundado em estudos futuros, pois pode qualificar melhor o que sabemos até agora sobre os principais fatores que concorrem para gerar confiança nas organizações brasileiras que provêm serviços de segurança: percepção de eficiência e de respeito aos cidadãos (CARDIA, 1997; SOARES, 2000; OLIVEIRA, 2011; BEATO, SILVA, 2013; LOPES, 2013).

## A opinião pública sobre os seguranças particulares e os policiais militares

Outro aspecto importante sobre a opinião pública em relação aos setores de segurança pública e segurança privada é saber como os profissionais desses setores são percebidos pela população. Para tratar dessa questão no Estado de São Paulo, foi explorado um conjunto de perguntas dispostas em três blocos e que foram realizadas utilizando como estímulo a foto de um policial militar e de um segurança particular regular nos termos da Lei 7.102/83. O primeiro desafio para uma análise dessa natureza é identificar dimensões comuns às atividades executadas por seguranças particulares e policiais, e que sejam efetivamente comparáveis. Para isso, recorreu-se à análise fatorial, técnica exploratória, em que um dos objetivos é descobrir a estrutura teórica subjacente (dimensões ou fatores) de um conjunto de variáveis sem a utilização de esquemas teóricos previamente definidos.

A análise fatorial clássica realiza-se em variáveis quantitativas, mas é possível utilizá-la em variáveis qualitativas (categóricas ou ordinais) se a técnica for implementada em uma matriz de correlações adequadas a essas escalas de mensuração (MAROCO, 2007, p. 406). Como as variáveis do estudo são ordinais, a análise fatorial foi realizada por meio da *Syntax* do SPSS® na matriz de correlações de Spearman ao invés da matriz de correlações de Pearson, que é a única solução disponível no menu da análise fatorial do SPSS®. Duas fatoriais foram rodadas, uma para as questões referentes aos policiais militares e outra para as perguntas relativas aos seguranças particulares. Ambas as análises apresentaram soluções de três fatores que explicam pouco mais de 50% da variância total das 15 perguntas incluídas na análise (ver outputs do SPSS® no anexo 2). As tabelas 2 e 3 apresentam os fatores encontrados, as cargas fatoriais de cada pergunta, as comunalidades, o *seigenvalues* e a variância explicada pelos modelos fatoriais.

**Tabela 2 - Análise Fatorial Exploratória – Seguranças Particulares**

Variáveis (1)	Fatores (2)			Comunalidades
	1	2	3	
Capazes de resolver problemas simples	0,76	-0,02	-0,16	0,61
Capazes de resolver problemas complexos	0,76	-0,03	0,01	0,58
Com nível escolar compatível com as funções que desempenham	0,64	0,18	-0,20	0,48



Fazem um trabalho repressivo, prendendo criminosos	0,61	0,16	0,27	0,47
Treinados para desempenhar suas funções	0,54	0,33	-0,27	0,48
Realizam um trabalho estressante	0,06	0,81	0,00	0,65
Realizam um trabalho perigoso	0,02	0,78	-0,10	0,62
Realizam um trabalho complexo e difícil	0,08	0,75	0,04	0,58
Abusam do poder que possuem	-0,10	0,13	0,80	0,67
Desrespeitam o direito dos cidadãos	0,01	-0,01	0,83	0,69
Realizam seu trabalho com competência	0,44	0,26	-0,45	0,46
Tratam todos da mesma maneira, independentemente de serem homens ou mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres	0,49	-0,09	-0,43	0,43
Suficientemente treinados para desempenhar suas funções	0,23	0,43	-0,36	0,37
Fazem um trabalho preventivo, evitando que crimes ocorram	0,39	0,44	-0,06	0,35
Frequentemente sofrem agressões e ofensas no trabalho	0,02	0,47	0,13	0,24
Eigenvalues	2,89	2,68	2,11	
% Variância	19,27	17,85	14,05	
% Variância Acumulada	19,27	37,12	51,17	

(1) Variáveis agrupadas em função das cargas em cada fator. Variáveis com comunalidade abaixo de 0,40 não foram consideradas relevantes para a composição dos fatores.

(2) Extração via análise de componentes principais com rotação Varimax e normalização Kaiser.

**Tabela 3 - Análise Fatorial Exploratória – Policiais**

Variáveis (1)	Fatores (2)			Comunalidades
	1	2	3	
Com nível escolar compatível com as funções que desempenham	0,75	0,04	-0,01	0,56
Capazes de resolver problemas complexos	0,74	0,05	0,25	0,61
Capazes de resolver problemas simples	0,74	-0,06	0,21	0,60
Treinados para desempenhar suas funções	0,70	0,14	0,02	0,51

Realizam seu trabalho com competência	0,56	0,20	0,36	0,49
Realizam um trabalho perigoso	0,00	0,80	-0,04	0,64
Realizam um trabalho estressante	0,05	0,78	-0,03	0,61
Realizam um trabalho complexo e difícil	0,06	0,73	0,06	0,53
Fazem um trabalho repressivo, prendendo criminosos	0,19	0,65	0,18	0,49
Fazem um trabalho preventivo, evitando que crimes ocorram	0,34	0,52	0,27	0,46
Abusam do poder que possuem	-0,06	-0,02	-0,83	0,69
Desrespeitam o direito dos cidadãos	-0,04	-0,07	-0,78	0,62
Tratam todos da mesma maneira, independentemente de serem homens ou mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres	0,36	-0,03	0,62	0,51
Suficientemente treinados para desempenhar suas funções	0,53	0,24	-0,01	0,33
Frequentemente sofrem agressões e ofensas no trabalho	0,04	0,43	-0,04	0,19
Eigenvalues	3,03	2,78	2,03	
% Variância	20,20	18,50	13,54	
% Variância Acumulada	20,20	38,70	52,24	

(1) Variáveis agrupadas em função das cargas em cada fator. Variáveis com comunalidade abaixo de 0,40 não foram consideradas relevantes para a composição dos fatores.

(2) Extração via análise de componentes principais com rotação Varimax e normalização Kaiser.

Considerando apenas as variáveis com comunalidades acima de 0,40, os três fatores que emergem podem ser descritos como aptidão profissional (fator 1: variância em torno de 20%), natureza da ocupação (fator 2: variância em torno de 18%) e abusos (fator 3: variância em torno de 14%). Todavia, a composição desses três fatores não é idêntica para seguranças particulares e policiais. A solução fatorial para os seguranças particulares apresenta carga moderada no fator 1 em relação à pergunta sobre o caráter repressivo das atividades de policiamento, enquanto que, para os policiais militares, essa carga pesa em relação ao fator 2. Além disso, a solução fatorial para os policiais militares agrega, de forma consistente, as questões sobre o caráter preventivo das atividades de segurança, competência profissional e tratamento conferido aos cidadãos, que na solução fatorial dos seguranças particulares

apresentam comunalidade baixa (prevenção) e cargas cruzadas (competência e tratamento). De um modo geral, esses resultados sugerem que a população compreende que as atividades desempenhadas por policiais militares e seguranças particulares possuem atributos parecidos, mas não são idênticas.

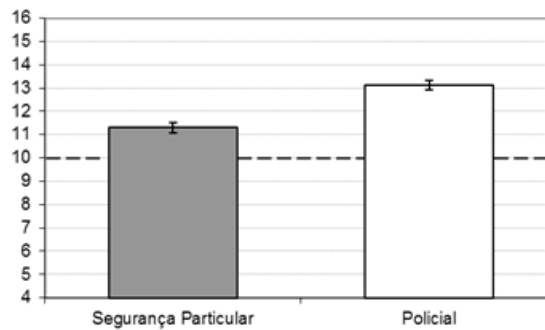
Para avaliar a percepção pública sobre os seguranças particulares e policiais em relação às três dimensões sugeridas pela análise fatorial, foram construídas escalas agrupando-se apenas as variáveis comuns a cada um dos fatores e desconsiderando aquelas que apresentaram cargas fatoriais cruzadas. A análise de confiabilidade mostrou que as escalas resultantes seriam consistentes:  $\alpha$  de Cronbach entre 0,66 e 0,73, conforme tabela 4. Esse procedimento gerou três escalas cujas amplitudes variam em função do número de variáveis agrupadas: aptidão profissional (amplitude de 4 a 16), natureza da ocupação (amplitude de 3 a 12) e abusos (amplitude de 2 a 8). As médias dessas escalas são apresentadas nos gráficos 3, 4 e 5.

**Tabela 4 - Variáveis e Alphas de Cronbach das Escalas Construídas\***

Escalas	Questões	$\alpha$ de Cronbach Seguranças	$\alpha$ de Cronbach Policiais
Aptidão profissional	Com nível escolar compatível com as funções que desempenham	0,68	0,71
	Capazes de resolver problemas simples		
	Capazes de resolver problemas complexos		
	Treinados para desempenhar suas funções		
Natureza da Ocupação	Realizam um trabalho estressante	0,72	0,66
	Realizam um trabalho complexo e difícil		
	Realizam um trabalho perigoso		
Abusos	Abusam do poder que possuem	0,73	0,70
	Desrespeitam o direito dos cidadãos		

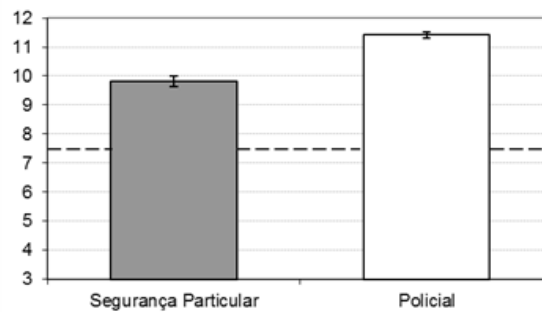
\* Como o valor de Alpha de Cronbach é afetado pelo número de variáveis que compõem uma escala (quanto menor o número de variáveis, menor o valor de  $\alpha$ ), considera-se aqui que valores acima de 0,5 (ao invés de 0,70, como estipulado na literatura) indicam a presença de construtos consistentes e confiáveis

**Gráfico 3: Média da Escala Aptidão Profissional  
(4=não aptos e 16=aptos) \***



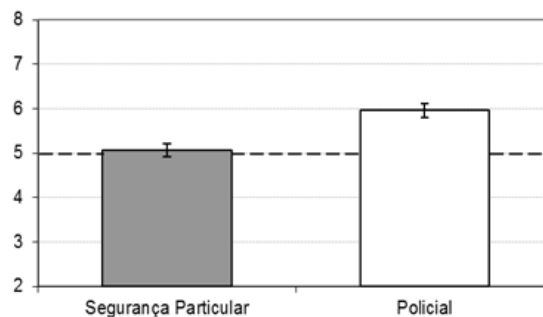
\* Intervalo de confiança para a média de 95%. N da amostra: 757 para segurancas e 792 para policiais.

**Gráfico 4: Média da Escala Natureza da Ocupação  
(3=não crítica e 12=critica)**



\* Intervalo de confiança para a média de 95%. N da amostra: 814 para segurancas e 826 para policiais.

**Gráfico 5: Média da Escala Abusos  
(2=Não abusam e 8=Abusam)**



\* Intervalo de confiança para a média de 95%. N da amostra: 776 para segurancas e 805 para policiais.

De um modo geral, a população reconhece que aqueles que se dedicam à prestação de serviços de segurança são profissionais capacitados. Todavia, a comparação entre os profissionais da área pública e privada exposta no gráfico 3 mostra que os seguranças particulares são considerados menos aptos a desempenhar suas funções (média entre 11 e 11,5) do que os policiais militares (média entre 12,9 e 13,3). Essa opinião converge com as interpretações presentes na mídia e na bibliografia brasileira (MUSUMECI, 1998) e internacional (KAKALIK, WILDHORN, 1972; BUTTON, 2007), que tendem a considerar o pessoal ocupado no setor de segurança privada menos preparado do que o pessoal ocupado na área de segurança pública.

No que se refere à natureza da ocupação (gráfico 4), a opinião da população é a de que tanto seguranças particulares quanto policiais desempenham atividades que poderíamos chamar de críticas: complexas/difíceis, perigosas e estressantes. A ocupação policial é percebida como sendo extremamente crítica (média entre 11,3 e 11,5). Já a ocupação dos seguranças particulares é considerada menos crítica, mas ainda assim é vista como uma ocupação com elevado grau de criticidade (média entre 9,6 e 9,9). Essas diferenças de opinião refletem, de forma relativamente acurada, a realidade de cada ocupação. Enquanto representantes da autoridade coercitiva do Estado, os policiais precisam lidar constantemente com situações de desordem complexas e estressantes em que o perigo de ser vitimado por indivíduos recalcitrantes em relação à lei está sempre presente. Essa conexão entre autoridade e criticidade existe em menor grau na segurança privada em virtude do fato de os seguranças não serem os representantes da ordem pública e sim agentes a serviço de clientes que os contratam para a proteção de ativos patrimoniais e humanos. Nessas condições, a criticidade ocupacional na área de segurança privada está mais associada ao fato de os seguranças normalmente protegerem bens cobijados por criminosos e serem incumbidos de garantir a ordem dos espaços onde atuam.

Essas diferenças, em termos de autoridade, também ajudam a entender os resultados expostos no gráfico 5. A população considera que os policiais militares cometem mais abusos (média entre 5,8 e 6,1) do que os profissionais de segurança privada (média entre 4,9 e 5,2). Essas diferentes percepções certamente guardam relação com as diferenças em termos de autoridade e lógica de atuação de policiais e seguranças particulares. Como consta na literatura, de um modo geral o policiamento privado é uma atividade mais orientada para a prevenção do que para a repressão (SHEARING, STENNING, 1983) e menos inclinada a mobilizar poderes legais coercitivos (STENNING, 2000) e suscetíveis de serem percebidos como abusivos. De qualquer forma, os dados mostram que a imagem que o público tem da atuação tanto dos profissionais de segurança pública quanto dos profissionais de

segurança privada é marcada pela ideia de que ambos abusam dos poderes que possuem e violam os direitos dos cidadãos. Essa imagem não parece ocasional e está em consonância com um padrão amplamente documentado de atuação da polícia brasileira (CALDEIRA, 2001; CANO, 1997; CARDIA, 1997; CHEVIGNY, 1996; MACHADO e NORONHA, 2002; NETO, 1999; RAMOS, MUSUMECI, 2004; SHIRLEY, 1997; PINHEIRO, 2001; LEMGRUBER, MUSUMECI e CANO, 2003; dentre outros) e alinhada com evidências qualitativas (HUGGINS, 2010; LOPES, 2011;) e quantitativas (LOPES, 2011) sobre a ação de seguranças particulares no Brasil.

## Considerações finais

Esse artigo explorou a opinião pública a respeito dos setores de segurança pública e segurança privada num dos principais estados brasileiros: São Paulo, unidade federativa que tem mais seguranças particulares em ação do que policiais. Procurou-se descobrir a importância que a população atribui e a confiança que ela possui nas forças policiais e empresas de segurança privada, bem como a percepção pública sobre a ocupação, a aptidão profissional e os abusos cometidos por seguranças particulares e policiais militares.

A análise da importância e da confiança mostra que as empresas de segurança privada não detêm o mesmo *status* que as forças policiais, e encontram-se numa situação ambígua do ponto de vista da sua legitimidade. Elas são reconhecidas como importantes pela maioria, mas vistas com desconfiança por uma parte expressiva da população. Em situação idêntica, encontram-se as guardas municipais, que compartilham com as empresas de segurança privada o fato de serem organizações com atribuições limitadas e circunscritas basicamente à proteção do patrimônio. Mais estudos precisam ser realizados para entender essa situação ambígua, mas suspeita-se que ela esteja, em grande medida, relacionada ao papel reservado a essas organizações dentro do sistema de policiamento brasileiro.

Os dados analisados sobre a percepção pública a respeito dos seguranças particulares regulares mostram que eles são percebidos pela população como profissionais menos preparados para o exercício de suas funções do que os policiais militares. Já a ocupação dos seguranças particulares é considerada crítica aos olhos da população, embora menos do que a ocupação dos policiais militares, que agem para garantir lei e ordem pública em todo o território e não apenas no âmbito de um contrato de prestação de serviços específico. Por fim, é difundida a visão segundo a qual seguranças e policiais abusam dos poderes que possuem e desrespeitam o direito dos cidadãos, mas essa visão é bem mais forte em relação aos policiais militares do que em relação aos seguranças.

Em conjunto, esses resultados apontam para o fato de que os setores de segurança pública e segurança privada estão posicionados no imaginário popular como modelos distintos de provisão de segurança: o estatal, percebido como mais relevante e confiável no combate à criminalidade, mas com um padrão de ação considerado mais abusivo; e o privado, percebido como menos importante e confiável no enfrentamento do crime, porém com uma melhor capacidade de se relacionar respeitosamente com o público. Esses achados são importantes para o debate sobre como melhorar a oferta de serviços de segurança na sociedade brasileira. Esse debate tem se alimentado de alguns dados e análises sobre como as forças de segurança pública são percebidas pelos brasileiros, mas até o momento não se sabia nada a respeito da percepção pública sobre o setor de segurança privada. Os dados aqui apresentados mostram que, apesar dos sabidos e reconhecidos problemas existentes nas polícias paulistas, elas ainda desfrutam de maior apoio junto à opinião pública do que suas contrapartes privadas. Isso indica que os discursos sobre a privatização da segurança, que começam a ganhar força em relação ao sistema prisional, encontrarão mais dificuldade para prosperar em relação ao sistema de policiamento. Partindo do pressuposto de que nas democracias as lideranças políticas são extremamente sensíveis à opinião pública, parece certo esperar que o debate sobre segurança pública no Estado de São Paulo não tomará rumos parecidos com os assumidos nos Estados Unidos, a partir da década de 80 (SHEARING, 2001), quando distintos governos passaram a se empenhar em transferir responsabilidades da polícia para o setor de segurança privada.

**ABSTRACT: The article analyzes in an exploratory way the public opinion about the sectors of public security and private security in the State of São Paulo. The focus is on two questions: (i) the importance that the population attributes and trust it has in the police (civil, military, and federal police), municipal guards and private security companies; and (ii) the public perception of the nature occupation, vocational aptitude and abuses committed by private security guards and military officer. The results suggest that the sectors of public and private security are positioned in the popular imagination as distinct models of security provision: the state sector, perceived as more relevant and reliable in fighting crime, but with a standard action considered more abusive, and the private sector, perceived as less important and reliable in fighting crime, but with a better ability to relate respectfully with the public.**

Artigo  
Recebido: 06/08/2015  
Aprovado: 05/09/2015

**Keywords: Public security; Police; Private security; Public opinion; State of São Paulo.**

## Referências

BEATO, C., RABELO, K., OLIVEIRA J. A. Reforma Policial no Brasil. In BEATO, C. (org.).Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BEATO, C. , SILVA, G. F. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. Opinião Pública,

Campinas, v. 19, n. 1, jun./2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 jan. 2014.

BICUDO, H. A Unificação das Polícias no Brasil. Estudos Avançados, vol. 14, n. 40, p. 91-106, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jan.2012.

BUTTON, M. Security Officers And Policing: Powers, Culture And Control in the Governance of Private Space. Hampshire: AshgatePublishe, 2007.

CALDEIRA, T. P. Violência Policial e Democracia. In \_\_\_\_ Cidade de Muros: crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.

CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, vol. 9, n. 1, mai.1997.

CANO, I. O uso da força letal pela polícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W., CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M. M. G; BATITUCCI, E. C. (org.).Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHEVIGNY, P. Edge of the Knife: police violence in the Americas. New York: New Press, 1996.

COSTA, A. T. M. As reformas nas polícias e seus obstáculos: uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. Civitas, Porto Alegre, vol. 8, n. 3, p. 409-427, set./dez.2008.

COSTA, A., MEDEIROS, M. A. Desmilitarização das Polícias: Policiais, Soldados e Democracia. Teoria e Sociedade, vol.1, n. 11, p. 66-89, 2003.

HUGGINS, M. K. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. Cadernos do CRH, Salvador , v. 23, n. 60, p. 541-558, 2010.

KAKALIK, J., WILDHORN, S. Private Security in the United States, 5 vols. Washington, DC, U.U. Department of Justice, National Institute of



Law Enforcement and Criminal Justice, Law Enforcement Assistance Administration, 1972.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Segurança Pública, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

LEMGRUBER, J., MUSUMECI, L., e CANO, I. Mazelas e Descaminhos das Instituições Policiais Brasileiras. In \_\_\_\_\_ Quem Vigia os Vigias: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil: Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, C. S. Como se Vigia os Vigilantes: O controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. Revista de Sociologia e Política. Dossiê Delito, Segurança e Instituições Estatais: problemas e perspectivas. Curitiba, vol.19, n. 40, out. 2011.

\_\_\_\_\_. Em Nome da Ordem Privada: segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS), Recife, PE, 2011.

\_\_\_\_\_. O setor de segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões. Cadernos do CRH, Salvador, v. 26, n. 69, dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792013000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000300012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Por que os Brasileiros Desconfiam da Polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R.A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MACHADO, E. P, NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial e classes populares urbanas. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 188-221, 2002.

MAROCO, J. Análise Estatística – Com utilização do SPSS. 3.ed. Lisboa: Sílabas, 2007.

MEDEIROS, M. A. Aspectos Institucionais da Unificação das Polícias no Brasil. Dados–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 2, p. 271-296, 2004.

MUSUMECI, L. Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil. Um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Rio de Janeiro, Textos para Discussão n. 560, maio1998.

NETO, P. M. Violência Policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, D.C; CARVALHO, J. M.; CARNEIRO, L. P e GRYNSZPAN, M. Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

OLIVEIRA, J. A. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 5. ed. 9, ago./set. 2011.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

\_\_\_\_\_. Transição Política e Não-Estado de Direito na República. In: SACHS, I. (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, S. & MUSUMECI, L. Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 3, n. 8, 2004.

RENNÓ, L. et al. Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: Uma Visão da Cidadania. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, L. M. L.; SILVA, K. A. As relações entre direitos humanos e práticas dos policiais civis: o papel da percepção dos cidadãos. *Revista Debates*, Porto Alegre, vol. 4, n. 2, p. 178-208, jul./dez.2010.

\_\_\_\_\_. Fluxo do sistema de justiça criminal brasileiro: um balanço da literatura. *Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 14-27, 2010. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20100102.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

SHEARING, C.; STENNING, P. Private Security: Implications for Control Social. *Social Problems*. California: University of California, v. 30, n. 5, p. 493-506, jun. 1983.

SHIRLEY, R. Atitudes com relação à polícia em uma favela no Sul do Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 9, n. 1, mai.1997.

STENNING, P. C. Powers e Accountability of Private Police. *European Journal on Criminal Policy and Research*. Netherlands: ABI/INFORM Global, v. 8, n. 3; p. 325-352, set. 2000.

SOARES, G. A. Quem tem medo da PM?. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, vol. 32, ano 8, p. 269-277, out./dez. 2000.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 56, abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 mar. 2014.

## Anexo – Questões Utilizadas na Coleta dos Dados Analisados

**Q02).** Eu vou falar o nome de várias organizações que atuam na área de segurança. Gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se considera o trabalho dessas organizações muito importante // importante // pouco importante // ou sem importância (**LER OPÇÕES**)

Organizações (LER EM RODÍZIO)	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	NS/NR
Empresas de Segurança Privada	1	2	3	4	9
Polícia Militar	1	2	3	4	9
Polícia Civil	1	2	3	4	9
Polícia Federal	1	2	3	4	9
Guarda Municipal	1	2	3	4	9

**Q03)** Agora gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se confia muito // se confia // se confia pouco // ou se não confia nessas organizações (**LER OPÇÕES**)

Organizações (LER EM RODÍZIO)	Não confia	Confia pouco	Confia	Confia muito	NS/NR
Empresas de Segurança Privada	1	2	3	4	9
Polícia Militar	1	2	3	4	9
Polícia Civil	1	2	3	4	9
Polícia Federal	1	2	3	4	9
Guarda Municipal	1	2	3	4	9

**Q08)** Agora vou ler algumas frases e gostaria de saber se o(a) Sr(a) concorda // discorda:  
**(SE CONCORDA, PERGUNTAR):** Concorda muito ou concorda pouco?  
**(SE DISCORDA, PERGUNTAR):** Discorda pouco ou discorda muito?  
**(ACEITAR NEM CONCORDA NEM DISCORDA APENAS COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA)**

Natureza do trabalho <b>(LER EM RODÍZIO)</b>	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS/NR
A segurança dentro de eventos particulares como formaturas, shows e exposições deveria ser feita por policiais	1	2	3	4	5	9
A segurança dentro de grandes eventos públicos, tais como comícios, paradas, marchas e outros eventos culturais, deveria ser feita por segurança particulares	1	2	3	4	5	9
A segurança dentro dos estádios de futebol deveria ser feita por seguranças particulares?	1	2	3	4	5	9
Seguranças particulares e policiais deveriam trabalhar juntos	1	2	3	4	5	9

DAQUI EM DIANTE VAMOS FALAR APENAS DE POLICIAIS COMO ESSE (MOSTRAR FOTO DO POLICIAL) E DE SEGURANÇAS PARTICULARES COMO ESSE (MOSTRAR FOTO DO SEGURANÇA REGULAR)



**Q15)** Vou ler algumas frases sobre o trabalho de um segurança particular e de um policial. Por favor, diga-me se o(a) Sr(a) concorda // discorda em cada uma das frases. Seguranças Particulares // Policiais (**LER AS OPÇÕES**).

(**SE CONCORDA, PERGUNTAR**): Concorda muito ou concorda pouco?

(**SE DISCORDA, PERGUNTAR**): Discorda pouco ou discorda muito?

(**ACEITAR NEM CONCORDA NEM DISCORDA APENAS COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA**)

Natureza do trabalho ( <b>LER EM RODÍZIO</b> )	Seguranças Particulares					
	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS/ NR
Frequentemente sofrem agressões e ofensas no trabalho	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho complexo e difícil	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho estressante	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho perigoso	1	2	3	4	5	9
Fazem um trabalho repressivo, prendendo criminosos	1	2	3	4	5	9
Fazem um trabalho preventivo, evitando que crimes ocorram	1	2	3	4	5	9

Natureza do trabalho (LER EM RODÍZIO)	Policiais					
	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS/NR
Frequentemente sofrem agressões e ofensas no trabalho	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho complexo e difícil	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho estressante	1	2	3	4	5	9
Realizam um trabalho perigoso	1	2	3	4	5	9
Fazem um trabalho repressivo, prendendo criminosos	1	2	3	4	5	9
Fazem um trabalho preventivo, evitando que crimes ocorram	1	2	3	4	5	9

**Q16)** Agora vou ler algumas frases sobre a atuação dos seguranças particulares e dos policiais. Por favor, diga-me se o(a) Sr(a) concorda // discorda. Policiais // Seguranças Particulares são pessoas que **(LER AS OPÇÕES)**:

**(SE CONCORDA, PERGUNTAR):** Concorda muito ou concorda pouco?

**(SE DISCORDA, PERGUNTAR):** Discorda pouco ou discorda muito?

**(ACEITAR NEM CONCORDA NEM DISCORDA APENAS COMO RESPOSTA ESPOTÂNEA)**

Atuação (LER EM RODÍZIO)	Segurança(s) Particular(es)					
	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	NS/NR
Realizam seu trabalho com competência	1	2	3	4	5	9
Tratam todos da mesma maneira, independentemente de serem homens ou mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres	1	2	3	4	5	9

Abusam do poder que possuem	1	2	3	4	5	9
Desrespeitam o direito dos cidadãos	1	2	3	4	5	9

Atuação (LER EM RODÍZIO)	Policiais					
	Dis- corda muito	Dis- corda pouco	Con- corda pouco	Con- corda muito	Nem con- corda nem discorda	NS/ NR
Realizam seu trabalho com competência	1	2	3	4	5	9
Tratam todos da mesma maneira, independentemente de serem homens ou mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres	1	2	3	4	5	9
Abusam do poder que possuem	1	2	3	4	5	9
Desrespeitam o direito dos cidadãos	1	2	3	4	5	9

**Q17)** Para finalizar, vou ler algumas frases sobre a formação e o treinamento de seguranças particulares e de policiais e gostaria de saber se o(a) Sr(a) concorda // discorda. Seguranças Particulares // Policiais são pessoas: **(LER AS OPÇÕES)**.

**(SE CONCORDA, PERGUNTAR):** Concorda muito ou concorda pouco?

**(SE DISCORDA, PERGUNTAR):** Discorda pouco um discorda muito?

**(ACEITAR NEM CONCORDA NEM DISCORDA APENAS COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA)**

Natureza do trabalho (LER EM RODÍZIO)	Seguranças Particulares					
	Dis- corda muito	Dis- corda pouco	Con- corda pouco	Con- corda muito	Nem con- corda nem discorda	NS/ NR
Treinados para desempenhar suas funções	1	2	3	4	5	9
Suficientemente treinados para desempenhar suas funções	1	2	3	4	5	9
Com nível escolar compatível com as funções que desempenham	1	2	3	4	5	9

Capazes de resolver problemas simples	1	2	3	4	5	9
Capazes de resolver problemas complexos	1	2	3	4	5	9
Natureza do trabalho (LER EM RODÍZIO)	Policiais					
	Dis-corda muito	Dis-corda pouco	Con-corda pouco	Con-corda muito	Nem con-corda nem discorda	NS/NR
Treinados para desempenhar suas funções	1	2	3	4	5	9
Suficientemente treinados para desempenhar suas funções	1	2	3	4	5	9
Com nível escolar compatível com as funções que desempenham	1	2	3	4	5	9
Capazes de resolver problemas simples	1	2	3	4	5	9
Capazes de resolver problemas complexos	1	2	3	4	5	9

## Anexo 2 – Outputs dos Modelos Fatoriais

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,933	26,218	26,218	3,933	26,218	26,218	2,891	19,273	26,218
2	2,211	14,739	40,957	2,211	14,739	40,957	2,678	17,851	40,957
3	1,532	10,215	51,172	1,532	10,215	51,172	2,107	14,048	51,172
4	,954	6,360	57,533						
5	,916	6,110	63,642						
6	,803	5,354	68,996						
7	,713	4,754	73,750						
8	,649	4,326	78,077						
9	,579	3,858	81,935						
10	,541	3,607	85,542						



11	,504	3,359	88,901						
12	,456	3,042	91,944						
13	,440	2,935	94,879						
14	,402	2,681	97,560						
15	,366	2,440	100,00						

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Comulative %	Total	% of Variance	Comulative %	Total	% of Variance	Comulative %
1	4,120	27,465	27,465	4,120	27,465	27,465	3,030	20,203	20,203
2	2,284	15,223	42,689	2,284	15,223	42,689	2,775	18,500	38,703
3	1,433	9,552	52,241	1,433	9,552	52,241	2,031	13,538	52,241
4	,955	6,369	58,610						
5	,914	6,095	64,705						
6	,787	5,245	69,951						
7	,691	4,606	74,557						
8	,597	3,977	78,534						
9	,566	3,776	82,311						
10	,537	3,578	85,889						
11	,498	3,321	89,210						
12	,460	3,069	92,279						
13	,418	2,786	95,065						
14	,376	2,505	97,570						
15	,364	2,430	100,00						

